

Divisão de Editoração Marcos Kazuyoshi Sassaka
Marcos Cipriano da Silva
Paulo Bento da Silva
Cristina Akemi Kamikoga
Luciano Wilian da Silva
Solange Marly Oshima

Apoio técnico Rosane Gomes Carpanese
Fernando da Silva Albuquerque

Capa - arte final William Bezerra

Projeto gráfico e Editoração William Bezerra

Normalização e catalogação Ivani Baptista CRB - 9/331

Fonte Arial 11

Tiragem 2.500 exemplares

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Introdução ao estudo da história / Ailton José Moreli, organizador.--Maringá: EDUEM, 2005.

131 p. il.; (Formação de professores EAD; n. 27)

ISBN 85-7628-069-8

1. História - Estudo e ensino. I. Moreli, Ailton José.

CDD 21.ed. 907

Copyright 2005 para os autores
Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, mesmo parcial, por qualquer
processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc., sem a
autorização, por escrito, dos autores.

Todos os direitos reservados desta edição 2005 para Eduem.



Endereço para correspondência:

Eduem - Editora da Universidade Estadual de Maringá
Av. Colombo, 5790 - Campus Universitário, 87020-900 - Maringá-Paraná-Brasil
Fone: (0XX44) 3261-4527 Fax: (0XX44) 3261-4109
Site: <http://www.eduem.uem.br> - E-mail: eduem@uem.br

CAPÍTULO 2

HISTÓRIA E ARQUIVO: INTERFACES

André Porto Ancona Lopez

Para responder às questões sobre o que é a história e como fazê-la, é necessário discutir também o instrumental do historiador, ou seja, a articulação entre teoria, método e fontes. Nessa inter-relação, os documentos de arquivos e a contextualização documental são elementos fundamentais, cujas especificidades não podem ser ignoradas pelo pesquisador, sob o risco de perda de credibilidade científica. Por mais que alguns historiadores neguem, muitos deles formulam suas conclusões em função dos pressupostos teóricos iniciais. Assim, nesses casos, infelizmente, o uso e a escolha de fontes são meramente ilustrativos de definições apriorísticas. Uma metodologia científica, no entanto, pressupõe uma interdependência entre as perguntas das quais se parte e o diálogo com as evidências, tornando as conclusões diretamente vinculadas não só ao tipo de fonte, mas também à forma de trabalho com cada tipo.

A respeito da produção do conhecimento histórico, Thompson (1981), por exemplo, assinala que o historiador deve partir de um problema e uma hipótese para esse problema para então empreender uma discussão em torno dos conceitos levantados na formulação desses itens iniciais. Cumprida essa etapa, deve-se promover uma busca de evidências que permitam analisar o problema frente às hipóteses elencadas, realizando um diálogo entre hipótese e evidência. Desse diálogo devem surgir transformações nas hipóteses, conduzindo, por sua vez, a novos questionamentos às evidências, e assim sucessivamente. Por fim, o historiador chega a uma conclusão que, no limite, também é parcial, já que novos questionamentos sempre poderão ser feitos às evidências. Tais procedimentos obrigam uma compreensão relativista do conhecimento histórico produzido; conforme postula o autor inglês:

O conhecimento histórico é, pela sua natureza, (a) provisório e incompleto (mas não, por isso, inverídico), (b) seletivo (mas não, por isso, inverídico), (c) limitado e definido pelas perguntas feitas à evidência (e os conceitos que informam sobre essas evidências) (THOMPSON, 1981, p. 49).

Esse tipo de abordagem pressupõe a evidência, ou os documentos, em um lugar central na formulação do conhecimento histórico. Não mais o documento positivista, que já trazia em si mesmo a história, cabendo ao historiador sua decodificação, porém um documento contextualizado, relativizado e analisado à luz da lógica histórica. Tal postura implica em repensar e rediscutir o conceito de documento para poder ampliar, por conseguinte, a própria noção de documento para a história.

Tradicionalmente, o documento é definido como uma informação associada a um suporte material.¹ Essa ampla concepção pode englobar até mesmo os objetos banais presentes no dia-a-dia. Paola Carucci (1987, p. 14, tradução nossa) assim caracteriza o documento:

Uma coisa normalmente portátil (não se pode excluir que o documento seja uma coisa imóvel, se pensarmos, por exemplo, em um documento-lápide, inscrito em um muro) e é produzido sobre um suporte (um papel de carta, uma fita magnética, um disco, um filme cinematográfico, uma chapa radiográfica, um negativo etc.), através de um meio escrito (caneta-tinteiro, caneta esferográfica, lápis, máquina de escrever, carimbo etc.) ou um dispositivo para fixar a imagem ou a voz ou, eventualmente, a imagem e a voz.

Essa ampliação no campo conceitual do documento também é apontada pela *Nouvelle Histoire*, que transcende o paradigma positivista dos documentos oficiais, englobando, efetivamente, novas fontes na prática do historiador. Na palavras de Jacques Le Goff (1990, p. 28):

A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais etc. Uma estatística, uma

¹ Uma exemplificação mais detalhada relativa aos conceitos de documento e documento de arquivo pode ser vista em Lopez (2000 e 2003).

curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a história nova, documentos de primeira ordem.

Os arquivos, por sua vez, também são afetados pelas constantes inovações tecnológicas que influem diretamente na maneira em que a sociedade produz seus registros. Os arquivos contemporâneos caracterizam-se pelo grande volume de documentos e pela coexistência de diversos suportes de informação. Ao lado do suporte tradicional, o papel, surgem filmes, fitas magnéticas, discos óticos etc. Do mesmo modo, novos tipos documentais passam a ser agregados aos arquivos, ampliando o conceito de documento.

A abertura de possibilidades de trabalho com as mais diversas fontes não significa que o historiador poderá se utilizar livremente dos documentos, respeitando, apenas, os princípios teóricos e metodológicos da História. É necessária, em primeiro lugar, a compreensão das especificidades dos materiais com os quais está lidando, tendo sempre em mente que, na maioria das vezes, tais registros já existiam, independentemente da ação do historiador. Uma valiosa fonte para a História, encontrada nessa situação, são os arquivos. A importância dos arquivos para a História é destacada por Michel de Certeau (1986, p. 5, tradução nossa) da seguinte forma:

O arquivo substitui nosso produto por um passado recebido. Faz esquecer, progressivamente, o que supostamente representa. Apaga a interrogação genealógica de que nasceu, para constituir-se instrumento de uma produção. No sistema que generaliza tal metamorfose, o arquivo é um operador que perverte o tempo e o transforma em espaço a construir. Esta máquina desempenha um papel fundamental no nosso teatro de operações.

Por sua facilidade de acesso e sua suposta sistematização, aliadas a um espectro cronológico amplo, os arquivos tendem a ser uma das mais importantes fontes seriais para a pesquisa histórica. Não obstante, os arquivos nascem e são preservados por motivos alheios às atividades de pesquisa dos historiadores. Sua lógica e seus princípios são bastante peculiares e muito diversos daquilo que o senso comum do pesquisador, sobretudo o contumaz de biblioteca, costuma imaginar.

O documento de arquivo é, antes de mais nada, uma prova administrativa de determinadas atividades. Ele contextualiza sua própria gênese administrativa e os vínculos diretos com os processos e as funções responsáveis por sua

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

EAD

CAPÍTULO 2 História e Arquivo: Interfaces

existência. O conceito de arquivo demanda ainda uma ação feita deliberadamente com o intuito de preservar os documentos após o cumprimento das atividades para as quais foram criados. Para o *Dicionário de terminologia arquivística*, o arquivo é tanto tal conjunto de documentos, como a entidade por ele responsável:

Arquivo: 1. Conjunto de documentos que, independente da natureza ou suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas. 2. Entidade administrativa responsável pela custódia, pelo tratamento e pela utilização dos arquivos (DICIONÁRIO, 1996, p. 5).

Tais definições apenas apontam para o início do caminho a ser observado pelo historiador. É preciso lembrar que se o documento genérico é qualquer informação fixada em um suporte, o documento de arquivo é mais específico, pois se trata, necessariamente, do produto de uma vontade administrativa. Assim, o mais importante para o pesquisador é identificar essa vontade, ou seja: o contexto de produção. Para isso temos que saber: Quem? Quando? Como? E, principalmente, o porquê? da produção dos documentos. O documento de arquivo é, sobretudo, uma prova de que determinadas ações administrativas foram realizadas. O arquivo é um conjunto sistematizado de provas de tais ações, que abrange, em princípio, toda a existência de seu titular e a Arquivologia irá se preocupar em entender tanto os motivos que levaram determinado indivíduo, ou instituição, a produzir um dado documento como as razões de sua preservação. O interesse da contextualização arquivística recai sobre as atividades desse produtor, expressas por documentos; estes mantêm com as atividades uma relação de indicialidade. O objetivo, então, é entender o produtor dos documentos e não a informação dada por eles. A compreensão da informação só será trabalhada em um segundo momento.

Para Luciana Duranti (1994, p. 24-25), o arquivo privilegia a contextualização documental ao invés da informação veiculada pelo documento ou sua utilização posterior. Para as especificidades dos arquivos, podem ser sintetizadas quatro características principais: autenticidade, imparcialidade, naturalidade e organicidade. Algumas dessas características, como a imparcialidade, por exemplo, podem parecer inadmissíveis para historiadores não acostumados com os arquivos. É importante frisar que tais aspectos referem-se essencialmente aos documentos em si; não às atividades que os geraram, não a seus produtores e tampouco a sua utilização, quer pelos seus produtores, quer pelos pesquisadores em momento posterior.

Autenticidade:

[Os arquivos] são criados como verossímeis e confiáveis para quem os necessita para agir. São mantidos com garantias apropriadas para ação futura e para informação: [...] E são preservados por seus produtores ou sucessores como registro das atividades passadas (DURANTI, 1994, p. 335, tradução nossa).

A veracidade diz respeito à qualidade das informações do documento, enquanto que a autenticidade está ligada ao processo de geração do documento. O documento autêntico é aquele que efetivamente é o que apresenta ser, mesmo possuindo informações falsas. Em um documento considerado isoladamente, a veracidade tende a ser confundida com a autenticidade, posto que não haverá dados para determinar o contexto do documento, sendo impossível estabelecer a autenticidade. Quando inserimos o documento junto à organicidade de seu produtor institucional ao invés da informação isolada, a veracidade separa-se completamente da autenticidade. No caso de uma informação falsificada, o descolamento do contexto compromete o uso do documento que passa a ser falso também. No caso de a mesma informação estar contextualizada junto com seu documento, a falsificação de informações, quando percebida, permite uma compreensão melhor do documento e dos motivos que levaram seu produtor a tal adulteração.

Imparcialidade:

Os arquivos são inerentemente verídicos. [...] a imparcialidade é uma característica dos documentos de arquivo, não de seus criadores, os quais são naturalmente parciais aos seus próprios interesses (DURANTI, 1994, p. 334, tradução nossa).

Em trabalho anterior (LOPEZ, 1999), mencionamos o *Projeto Brasil Nunca Mais* (ARQUIDIOCESE, 1986) para exemplificarmos a questão da imparcialidade dos documentos de arquivo. Esse projeto, através dos processos judiciais feitos pelo próprio regime militar, promoveu uma ampla denúncia da tortura e das práticas de exceção adotadas pelo regime militar brasileiro. Os documentos recolhidos pelo *Brasil Nunca Mais* abrangem amplo espectro cronológico e apresentam a particularidade de serem documentos "subversivos", coletados e armazenados pelos organismos de repressão política. Característica que, paradoxalmente, garante uma correta contextualização dos

documentos, pois as entidades que os produziram não tiveram condições de eliminá-los ou de "camuflar" seus reais objetivos. O *Brasil Nunca Mais* representou o esforço e a ação política significativos que permitiram, de uma vez por todas, desmascarar os aparelhos utilizados pela repressão política através de seus próprios documentos (ARQUIDIOCESE, 1996, p. 21-27). A fidelidade dos registros documentais das atividades de opositores ao regime de exceção do período pós-1964 deu subsídio legal para o cerceamento de seus direitos políticos. Do mesmo modo, documentos produzidos pela ditadura para registrar a cassação de direitos políticos serviram de base para que o projeto pudesse denunciar abusos cometidos pelo regime militar. Isso equivale a afirmar que os mesmos documentos que serviram aos interesses do governo militar se tornaram a base concreta para a denúncia daquelas atividades. Dessa forma, reafirma-se o caráter objetivo da produção documental, deixando sua utilização e/ou a interpretação ideológica ou por parte dos indivíduos que produziram os documentos, ou por conta dos pesquisadores. Desta maneira, cumpre ao arquivista a organização de tais registros de acordo com o contexto de produção. Ao historiador, por sua vez, cabe promover a crítica desse contexto e não da organização documental.

Devemos ressaltar que os documentos não se resumem à análise do pesquisador; são, antes de tudo, os frutos, os meios, os testemunhos de determinadas funções e atividades desenvolvidas pelos seus produtores. A produção de um documento como observamos no caso do *Brasil Nunca Mais*, ao contrário de sua utilização de pesquisa, não é consciente ou inconsciente, mas natural e espontânea. O documento de arquivo, como reflexo direto de seu produtor, assume uma postura de neutralidade perante os fatos e a realidade embora o produtor nunca seja neutro. Luciana Duranti (1994b, p. 51) postula que a imparcialidade dos documentos arquivísticos

não significa que os leitores dos documentos devam crer que eles reproduzem os fatos e atos dos quais são parte e parcela: o contexto mais amplo da atividade geradora dos documentos e o ambiente cultural no qual seus intérpretes vivem são fatores essenciais para a compreensão da verdade que pode ser extraída dos documentos.

A importância do contexto de produção documental para compreender a informação veiculada pelo documento foi assinalada por Paola Carucci (1987, p. 14, tradução nossa) do seguinte modo:

evidentemente o documento interessa por seu conteúdo, pelas informações que transmite. Todavia, as notícias que ali

são representadas ou descritas requerem, de quem as adequa às capacidades técnicas, que sejam traduzidas em cânones de representação, os quais, por sua vez, podem constituir objeto de análise, sendo, esses testemunhos diretos da atividade de documentar.

Naturalidade (ou serialidade):

Os arquivos não são documentos coletados artificialmente [...] porém acumulados naturalmente [...] para os objetivos práticos da administração².

O típico documento de arquivo é produzido em série, justamente por ser fruto de atividades rotineiras, correlacionando-se a outros documentos criados no exercício das mesmas funções. Tais documentos, diferentes em suas individualidades, por se referirem a informações específicas, são similares no formato e no papel desempenhado no cumprimento das atividades do seu produtor.

Esse documento também pode modificar-se ao longo de sua existência, assumindo funções diferenciadas. Pode mesmo se tornar documento de arquivos distintos, a despeito de uma informação primária praticamente idêntica, como, por exemplo, no caso de um boleto bancário utilizado para cobrança de mercadorias ou serviços³.

A primeira característica que notamos no boleto bancário a seguir é o fato de ele se transformar, na realidade, em vários documentos, conforme a etapa administrativa. No primeiro momento, é um documento de cobrança que traz todas as informações necessárias para sua contextualização arquivística. O caso exemplificado indica o titular do documento como "sacado", ou seja, aquele que deverá efetuar o pagamento dos serviços cobrados e, portanto, seu produtor documental; trata-se, por conseguinte, de um documento de gestão pessoal do *sacado*. Nessa fase, o boleto teria como documentos correlatos, do mesmo titular, as demais ordens de cobrança a serem pagas naquele mês. O documento indica ainda o valor a ser pago (a parcela a que se refere), o produto adquirido e o fornecedor.

²Public Record Office. **Guide to the public records**. Londres, 1949; p. 2. (apud., DURANTI, 1994, p. 335, tradução nossa).

³Ver boleto bancário adiante. Na falta de uma terminologia precisa sobre esse tipo de documento, optamos pela denominação genérica, utilizada inclusive por credores dos serviços prestados.

**INFORMAÇÃO
E PROFESSORES**

AD

Introdução ao
estudo de
história

EXCEL ECONOMICO		Banco 641-6		Recibo do Sacado			
Cedente/Sacador DJB INFORMÁTICA, PUBLICAÇÕES E COMÉRCIO LTDA.				Agência/Código Cedente 131 981191-5	Nosso Número 9811915 21900230-8	Vencimento 15/04/99	
Uso do Banco 06	Carteira 06	Moeda R\$	Quantidade	Valor	(*) Valor Documento 49,00		
Data do Documento 22/01/99	Nº Documento 29651	Espécie DUPL	Acerto	Data Processamento	(-) Desconto		
Instruções NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO. Super Pacote Jan 99						(-) Outras Deduções	
						(+*) Mora/Multa	
						(+*) Outros Acréscimos	
				PARC: 3 DE: 3		(-) Valor Cobrado	
Sacado 130951 ANDRÉ PORTO ANCONA LOPEZ R SETE DE SETEMBRO 123				11730-000 MONGAGUÁ		SP	

EXCEL ECONOMICO		Banco 641-6		Ficha de Caixa			
Local de Pagamento PAGAVEL NA REDE INTEGRADA DE COMPENSAÇÃO				Vencimento 15/04/99			
Cedente/Sacador DJB INFORMÁTICA, PUBLICAÇÕES E COMÉRCIO LTDA.				Agência/Código Cedente 131 981191-5			
Uso do Banco 06	Carteira 06	Moeda R\$	Quantidade	Valor	Nosso Número 9811915 21900230-8		
Data do Documento 22/01/99	Nº Documento 29651	Espécie DUPL	Acerto	Data Processamento	(*) Valor Documento 49,00		
Instruções NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO. Super Pacote Jan 99						(-) Desconto	
						(-) Outras Deduções	
						(+*) Mora/Multa	
						(+*) Outros Acréscimos	
				PARC: 3 DE: 3		(-) Valor Cobrado	
Sacado 130951 ANDRÉ PORTO ANCONA LOPEZ R SETE DE SETEMBRO 123				11730-000 MONGAGUÁ		SP	

EXCEL ECONOMICO		Banco 641-6		64199.81193 15219.002308 00000.00000 7 4900			
Local de Pagamento PAGAVEL NA REDE INTEGRADA DE COMPENSAÇÃO				Vencimento 15/04/99			
Cedente/Sacador DJB INFORMÁTICA, PUBLICAÇÕES E COMÉRCIO LTDA.				Agência/Código Cedente 131 981191-5			
Uso do Banco 06	Carteira 06	Moeda R\$	Quantidade	Valor	Nosso Número 9811915 21900230-8		
Data do Documento 22/01/99	Nº Documento 29651	Espécie DUPL	Acerto	Data Processamento	(-) Valor Documento 49,00		
Instruções NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO. Super Pacote Jan 99						(-) Desconto	
						(-) Outras Deduções	
						(+*) Mora/Multa	
						(+*) Outros Acréscimos	
				PARC: 3 DE: 3		(-) Valor Cobrado	
Sacado 130951 ANDRÉ PORTO ANCONA LOPEZ R SETE DE SETEMBRO 123				11730-000 MONGAGUÁ		SP	



PARC: 2 DE: 3	
499 004 12001999 0260	49,00R 20/41
MONGAGUÁ SP	

Boleto bancário e detalhe de pagamento efetuado.

Uma vez quitado em uma agência bancária, o boleto se transfigura, deixando de ser um documento de cobrança para constituir comprovante de pagamento. Na verdade, ele se transforma em três comprovantes distintos, que deverão ser desmembrados do documento original nos locais apontados por pontilhados. Para que essa transformação ocorra é preciso que, além do corte no pontilhado, os novos documentos tragam uma autenticação bancária testemunhando o pagamento realmente realizado, que deverá ser feita em todos os três comprovantes⁴. O *sacado* também poderia ter optado efetuar o pagamento via Internet, deixando, então, de gerar os três documentos comprobatórios. Não obstante, a comprovação da quitação não cessaria de existir, apenas se daria de outra maneira. O credor seria notificado do crédito por meio de documento eletrônico e o *sacado* poderia imprimir um comprovante, no qual constariam todos os dados da transação, além do código que permite ao banco localizar a operação posteriormente, em caso de necessidade de comprovação formal do pagamento.

A autenticação do banco no referido documento poderá ser considerada como um sinal de validação, do mesmo modo que um carimbo ou os antigos selos. Luciana Duranti (1996, p. 61) alega que nos documentos modernos, o fracionamento do trâmite e a subdivisão das informações surgem como uma característica principal. O documento que outrora era completo, isto é, apresentava todos os dados referentes ao trâmite que o produziu, possui atualmente essas informações subdivididas em múltiplos documentos, em um grande processo. Sendo assim, a compreensão do sentido institucional de um documento moderno passa também pelo conhecimento de seu trâmite administrativo e das relações que o mesmo documento guarda com seus sucessores e antecessores nesse trânsito. Com a profusão dos meios eletrônicos, essa situação torna-se mais complexa, visto que nem sempre os registros referentes às primeiras etapas do trâmite permanecem disponíveis.

O primeiro documento gerado pelo pagamento é o *recibo do sacado*, que é o comprovante de pagamento do titular do documento. Tem a finalidade de comprovação de pagamento efetuado, passando à guarda temporária⁵. Os documentos correlacionados serão o comprovante de pagamento das duas

⁴Ver detalhe do comprovante do *sacado*, referente à segunda parcela, reproduzido neste capítulo.

⁵O documento somente integrará o arquivo do titular se, passada a fase da guarda temporária, for preservado permanentemente.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

EAD

CAPÍTULO 2

História e
Arquivo:
Interfaces

primeiras parcelas e os demais documentos referentes à aquisição do produto que ainda não tenham sido descartados: a cópia do pedido (o pedido original foi enviado para receber o produto), a confirmação do pedido, a descrição do que integra o *Super Pacote Jan 99*, o material publicitário sobre o produto etc.

O segundo documento produzido pelo pagamento é a *ficha de caixa*, que deveria se tornar o recibo do caixa bancário responsável pela operação. No entanto, com a automatização do sistema bancário, esse documento tem sido descartado muitas vezes pelo próprio banco que, com o registro direto no computador do caixa, não vê mais necessidade desse comprovante. De qualquer modo, seria um documento de gestão do banco, útil somente até o fechamento dos caixas, no final do expediente. Como titular desse documento, o banco opta por sequer gerá-lo, descartando o formulário antes de o autenticar.

O terceiro documento é a *ficha de compensação*⁶, que testemunha o recolhimento do dinheiro no banco contratado pelo credor para realizar a cobrança pelos serviços, no nosso exemplo, o Excel. Esse comprovante de pagamento, enquanto documento de arquivo, pertence ao banco que recebeu o pagamento e tem como documentos correlatos as demais fichas de compensação produzidas.

As partes do original tornam-se, assim, diferentes documentos do ponto de vista arquivístico, embora a informação primária nela expressa seja praticamente idêntica, admitindo apenas três distinções. A primeira diz respeito à identificação dos documentos, isto é, a sua denominação (*recibo do sacado*, *ficha de caixa*). A segunda ocorre no comprovante do banco, através de números normais, postos no alto, e através do código de barras, colocado em baixo. E, por fim, a indicação do local de pagamento (*rede integrada de compensação*), que não aparece no *recibo do sacado*. Repetimos, contudo, a importância de que, a despeito de informações praticamente idênticas, os documentos subsequentes ao boleto bancário são completamente distintos do ponto de vista arquivístico, tanto na titularidade como na finalidade.

O documento típico de arquivo é portador de uma forte eloquência, indicando com clareza sua finalidade. Assim sendo, o boleto bancário aponta claramente o objetivo de recolher pagamento, destacando, sem margem a qualquer dúvida, onde pagar, o valor, o produto que está sendo pago, as parcelas a que se refere e o comprador do produto. É justamente essa eloquência que

⁶ Embora, no documento reproduzido para exemplificação a denominação *ficha de compensação* não esteja indicada, ela costuma aparecer em outros boletos bancários.

permite uma compreensão do sentido do documento e dos motivos pelos quais ele foi preservado.

Organicidade:

O fato de os documentos de arquivo [...] acumularem-se natural, progressiva e continuamente [...] lhes garante uma coesão espontânea e estruturada. [Sendo que] a unicidade entra como um corolário desta última característica (DURANTI, 1994, p. 335, tradução nossa).

No contexto do acervo, a organicidade dos documentos em relação. A sua produção estabelece as unidades básicas do arquivo; as séries. As séries são conjuntos de documentos de um mesmo titular, referentes à mesma atividade, pertencentes à mesma espécie documental (por exemplo *recibos*). Assim, o que deverá nortear o pesquisador no arquivo não será o assunto dos documentos, porém suas funções para o titular. Na organização arquivística, a informação imediata veiculada pelo documento (revista de informática, por exemplo) perde importância para as informações do contexto administrativo (vendas, comprovação de pagamento, controle de fluxo de caixa etc).

O documento de arquivo devidamente contextualizado direciona, no primeiramente, as possibilidades de análise da informação, uma vez que estabelece as prioridades de acordo com a organicidade. É justamente esse direcionamento prévio que nos permite, posteriormente, ampliar as capacidades de compreensão e análise do documento, admitindo, inclusive, a inserção das mesmas informações primárias, mas com maior inteligibilidade. Essa aparente contradição assegura ao documento de arquivo quando devidamente organizado conforme com seu produtor e suas atividades a ampliação máxima de suas potencialidades. Essa ampliação fornece uma base sólida para que a ambigüidade seja afastada do uso posterior do documento (pelo historiador, por exemplo), ampliando as potencialidades analíticas. A adoção de padrões e elementos formulares pelos documentos de arquivo, transpostos para a organização arquivística, também auxiliam na redução da ambigüidade, presente em qualquer documento não contextualizado. A eloqüência do documento típico de arquivo amplia as possibilidades de compreensão e utilização do mesmo.

O documento típico de arquivo já nasce com as referências contextuais bem indicadas. A informação que nele é colocada pela atividade produtora tende a ser a mais direta possível, para garantir que seu objetivo inicial seja cumprido com êxito; por mais abrangente que essa informação seja, ela é fruto da vontade

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

EAD

CAPÍTULO 2

História e
Arquivo:
Interfaces

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

EAD

Introdução ao
Estudo de
História

institucional responsável pela criação do documento e carrega suas marcas. A informação que veicula, inicialmente, é indissociada da atividade que gerou o documento, mas pode adquirir uma autonomia relativa. Essa característica provoca importantes desdobramentos relativos à organização documental. As informações presentes no documento de arquivo ganham inteligibilidade quando referenciadas dentro em contexto de produção. Isso não significa que esses documentos apenas possibilitem determinadas leituras ou, ainda, que somente algumas informações sejam válidas. Entretanto, as leituras, interpretações e inferências informativas que não estejam diretamente relacionadas à gênese institucional dos documentos não constituem classificação arquivística, confundindo, por vezes, o historiador mais acostumado à pesquisa bibliográfica.

O fato de a arquivística não trabalhar com as informações como elemento balizador da organização documental não significa que ela invalide ou descarte esses dados. Através da contextualização do produtor do documento e de sua finalidade institucional, a arquivística acrescenta às séries documentais informações que norteiam tanto sua organização, quanto o seu acesso. Com tal procedimento, o arquivo apresenta ao consulente o documento integral, devidamente contextualizado na sua produção, ao invés de informações isoladas.

Para Michel de Certeau (1979, p. 29), o trabalho do historiador assemelha-se à transformação de matérias-primas, feitas com o minério já refinado, em produtos *standart*. Não obstante, devemos observar que a qualidade de refino desse minério influencia todas as operações subseqüentes. Cabe ao historiador, ao lidar com documentos de arquivo, entender e respeitar sua lógica, a fim de não comprometer todo um árduo procedimento de pesquisa, que vai desde a formulação do problema às conclusões (sempre parciais e relativas), passando pela escolha das fontes e o subseqüente diálogo com elas.

Anotações 

REFERÊNCIAS

- ARQUIVOS DA DIÓCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CARUCCI, Paola. **Il documento contemporaneo: diplomatica e criteri di edizione**. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1987.
- CERTEAU, Michel de. L'espace de l'archive ou la perversion du temps. *Traversés*, Paris, n. 36, p. 4-6, jan. 1986.
- _____. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História: novos problemas**. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979. p.17-48.
- DICIONÁRIO de terminologia arquivística. São Paulo: Aab-SP; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- DURANTI, Luciana. The concept of appraisal and archival theory. **The American archivist**, Chicago, v. 57, no. 2, p. 328-344, 1994a.
- _____. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n.13, p. 49-64, jan./jun. 1994b.
- _____. **Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia**. Trad. Manuel Vázquez. Carmona: S&C, 1996.
- LE GOFF, Jacques. **A história nova**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LOPEZ, André Porto Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. **Gragoatá: Revista do Instituto de Letras da Uff, Niteroi**, n. 15, p. 69-82, 2003.
- _____. **As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos**. 2000. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- _____. **Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras**. 1999. Tese (História Social)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- THOMPSON, Edward Palmer. Intervalo: a lógica histórica. In. _____. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981. p. 47-62.

PROPOSTA DE ATIVIDADES

- 1 - Você conhece algum arquivo público em sua região?
- 2 - Você sabe se a Prefeitura de sua cidade possui arquivo? Você sabe como ele é organizado? Os documentos e as informações estão liberados para o público em geral?
- 3 - E o seu arquivo? E os seus documentos pessoais, estão organizados? Você consegue perceber sua história neles?